

ALUCINAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO DE "QUALIDADE DE VIDA"

Pedro Demo

Ministério da Educação e Cultura

De todo tema profundo sempre se pode escrever algo de novo. Qualidade de vida é um destes temas inesgotáveis e sempre surpreendentes. Mas convenhamos que, após anos de moda em torno de indicadores sociais, qualidade de vida, estratégia de sobrevivência, bem-estar social etc, parece pernóstico o tratamento deste assunto. Seja como for, procuraremos neste trabalho encontrar algumas facetas mais ou menos novas, com vistas a enriquecer a discussão e a trazer à baila outras faixas de inquietação.

Entre tais inquietações, gostaríamos de explorar de modo sumário e introdutório, aquelas ligadas à **compulsão urbanizante da qualidade de vida**, ao redimensionamento da **megalomania tecnológica** e à revalorização do **chão cultural de ressonância** das propostas de desenvolvimento. Não estamos muito preocupados aqui com rígidas sistematizações, nem com resultados inconcussos. Fazemos apenas um exercício exploratório, dentro de algumas posturas que são somente hipóteses possíveis de trabalho. Em alguns casos não passam de "alucinações".

1 — SERÁ SOMENTE URBANA A QUALIDADE DE VIDA ?

É praticamente impossível a qualidade de vida rural. Tanto isto é verdadeiro, que sempre mais nos afastamos da idéia de fixar o homem ao campo. O trabalhador rural, se for muito pobre, tende a abandonar a agricultura e marchar para a cidade. Mas, se obtiver melhoria perceptível de vida, também tenderá a deixar o campo, porque está inevitavelmente associada a ascensão social à vida urbana.

Podemos lastimar que a qualidade de vida tenha tendência urbana inevitável, porque o próprio termo significa, em grande parte, um grito de revolta contra a deterioração crescente das condições de vida na cidade. Criticam-se os problemas habitacionais, a poluição ambiental e o tráfego de veículos, o isolacionismo dentro da grande multidão, a falta de serviços básicos, e assim por diante. Diante disto, parece contraditório o estigma urbanizante da qualidade de vida. Esta contradição é, todavia, mais aparente, do que real.

Num primeiro momento, é preciso perceber que a oferta de equipamentos sociais básicos somente é viável para uma população aglomerada. É impossível financeira e tecnicamente a implantação deles para uma população dispersa, perdida na roça. Assim, é claro que a existência de

escolas, hospitais, postos de saúde, sistemas de saneamento, água tratada, luz elétrica, telefone etc., compatibiliza-se diante de certa capacidade de demanda, que justifique os investimentos correspondentes e possibilite sua manutenção.

No segundo momento, o próprio desenvolvimento agrícola é uma faceta da urbanização. Nos países avançados, grande parte da produção agrícola é realizada por uma população que vive em cidades pequenas ou aldeias. Quer dizer, esta população detém muitos elementos básicos das benesses urbanas e, ao mesmo tempo, dedica-se ao campo. Não parece pairar dúvidas sobre o futuro da vida rural; ela tende a abranger cada vez menos pessoas, até mesmo por razões tecnológicas: a grande produção agrícola não pode basear-se sobre pequenos produtores dispersos e de baixa produtividade. À medida que a tecnologia invade o campo, os resultados surgem irremediavelmente: aparecem figuras técnicas de vocação claramente urbana (o agrônomo, o técnico agrícola, o extensionalista etc.); os artefatos técnicos transmitem em si mesmos o apelo urbano; a produção tende a aumentar dispensando sempre mais braços; e assim por diante.

Nesta ótica, a migração rural-urbana é resultado natural do progresso tecnológico; ela existiria também se o campo apresentasse condições favoráveis de ascensão social. É por isto que o termo qualidade de vida, por mais que signifique uma contestação da cidade, é hóspede inevitável da cidade. Acontece que estamos habituados a assistir a um ritmo indesejável de urbanização, particularmente o da cidade grande. Mas é possível imaginarmos outro ritmo, por mais que isto possa ser uma "alucinação". Referimo-nos a um processo de urbanização centrado em pequenos núcleos urbanos. Temos no Brasil um caso que poderia ser manipulado como exemplo: O Estado de Santa Catarina. A capital o Estado abriga percentagem pequena da população e talvez se pudesse ainda dizer que não é a cidade mais importante, diante da força de Joinville e Blumenau, principalmente. A zona rural caracteriza-se pela pequena propriedade, nunca muito distanciada de aglomerações urbanas de porte menor.

Nesta postura, fixar o homem ao campo só pode significar retê-lo em aglomerados urbanos menores, onde ainda seja viável um ambiente aproximativamente rural: contato com a natureza, preservação da ecologia, predominância do verde sobre a área construída, inexistência de poluição ambiental etc.

Não podemos desfazer as grandes cidades. Seria um erro histórico irrecuperável? Talvez. O apelo à cidade pequena tem, por isto mesmo, um traço quimérico. Mas como qualidade de vida é — no bom sentido — uma utopia, vale sonhar. De todos os modos, tudo isto ficaria menos sonho, se houvesse uma política consistente de descentralização industrial, capaz de trazer para o interior do país condições efetivas de emprego e

renda. Possivelmente, não encontraríamos solução nos extremos, a saber, na metrópole já irremediavelmente grande e deseconômica, ou na zona rural dispersa e perdida. É preciso atacar a questão antes da metrópole e da capital, ou seja, naquele início de urbanização que ainda cheira a campo.

2 — A MEGALOMANIA TECNOLÓGICA

“O negócio é ser pequeno”. Não fosse óbvia “alucinação”, diríamos que qualidade de vida somente é possível, em suas formas mais elevadas, nas coisas pequenas. Nos aspectos mais “qualitativos” da qualidade de vida, sua realização tende a rejeitar a organização demasiadamente complexa e a massificação das pessoas.

Como sempre, existe aqui também uma antinomia. A satisfação das necessidades materiais correlaciona-se com a grande produção, a produção em massa e em série. Mesmo que isto viesse a prejudicar a qualidade do produto, ele torna-se mais barato e disponível, quando feito em escala. No caso agrícola, por exemplo, o parcelamento das propriedades rurais tem claros limites, a partir dos quais é simplesmente inviável como forma de sobrevivência material. A indústria dificilmente poderia compor-se de pequenas empresas, de estilo familiar e trabalhando sob encomenda individual. Nosso estilo de racionalidade empurra a produção industrial à concentração organizacional e burocrática.

Todavia, algumas das idéias mais caras da humanidade não sobrevivem na organização excessivamente grande. Tomemos o caso da democracia e da autogestão. Todos concedem que, quanto maior e mais complexa for uma organização social, mais hierárquica ela tende a se tornar. Aquela forma de poder que se caracterizaria por ser:

- I) de baixo para cima;
- II) ministerial, ou seja, para servir;
- III) com eleição ativa e passiva geral;
- IV) com constante prestação de contas;
- V) com possibilidade de deposição,

somente seria factível, e ainda de forma aproximada, na pequena comunidade, onde todos se conhecem face a face e são socialmente homogêneos de modo tendencial. Isto facultaria que todos os membros da comunidade pudessem ser convocados, em rodízio, à liderança e ao comando, entendido este como encargo de serviço e não de privilégio.

Na realidade, o que temos são apenas formas alternativas de manipulação; não existe poder que não domine; mas existe poder que domina menos, ou de modo mais democrático. Seja como for, quanto maior for a organização social, mais a pessoa é reduzida a peça da engrena-

gem e é tratada dentro de médias estatísticas impessoais, e mais o comando tende a se tornar rijo e discriminador.

Fica evidente que as democracias são muito relativas, ainda que sejam certamente a forma preferível de governo e comando. O povo não governa e, na verdade, trata-se de uma mentira histórica a proposta de que a democracia seja o governo do povo. Mas pode ser governo de representantes do povo e é isto o que se busca no fenômeno da eleição democrática, tendo como outro produto essencial a possibilidade do fenômeno da rotação no poder. Assim sendo, a questão da participação remete-se a uma forma relativamente democrática de manipulação do povo e dos comandos em geral.

Nesta ótica, pode-se dizer que a grande cidade, a grande indústria, um grande ministério, uma grande universidade, não são bens governáveis, os vazios burocráticos sempre aparecem, há desperdício de recursos financeiros, humanos e materiais, proliferam vias informais de acesso ao poder, o peso da instituição é maior que sua capacidade de mudança, e assim por diante.

Existe também um limite por parte do pequeno, como víamos. Embora seja sempre difícil uma determinação cabal, há um tamanho ótimo para tudo, mas este tamanho ótimo não coincide jamais com a megalomania ou com a insignificância. É complicado distinguir a partir de que momento uma cidade começa a incidir em megalomania deformativa, mas está claro que uma megalópole é caso perdido e intrinsecamente deseconômico, além de desumano.

Não se pode, por outra, buscar nestas considerações uma depreciação da tecnologia, que parece ter vocação para a grandeza. Um país não se desenvolve com processos arcaicos de produção ou com os restos tecnológicos de outras regiões ou países. Não há como transformar tais preocupações em elogio a formas produtivas do mercado informal pobre, porquanto a assim dita tecnologia da sobrevivência é mais sobrevivência do que tecnologia. Não resta dúvida de que a pobreza material da população resolve-se mais facilmente com a grande tecnologia, do que com um recuo romântico ao passado.

Todavia, é mister considerar que, num país em desenvolvimento e com fortes desequilíbrios internos de estilo regional e social, a maioria da população ativa não pode ser absorvida pela tecnologia avançada, até mesmo porque sua tendência mais explícita é de liberar mão-de-obra. A proliferação do mercado informal e de formas antiquadas de absorção da população ativa significam, enfim, a oportunidade de trabalho e renda para inúmeras pessoas. Desempenha, portanto, um papel ainda muito importante a forma menos tecnológica de produção, aquela mais capaz de absorver mão-de-obra, mesmo em níveis deprimidos. A curto prazo — e sobrevivên-

cia é sempre a curto prazo — a pequena propriedade rural, a pequena e média empresa, formas informais de produção familiar, etc., são elementos muito estratégicos do desenvolvimento nacional e da qualidade de vida.

3 — NOSSO CHÃO CULTURAL

O conceito de cultura popular serve a interpretações muito desencontradas. Podemos contrabandear através dele um projeto de subdesenvolvimento, na medida que nos coloquemos como meta preferível o atraso cultural. Podemos superestimar formas populares de sobrevivência, fetichizando a pobreza. Podemos depreciar a necessidade de homogeneização nacional em nome de regionalismos e particularismos. Podemos cultivar o conformismo, substituindo a participação e o progresso pela contemplação do passado e do ambiente cultural. Podemos escamotear uma visão de cultura elitista compadecida.

Todavia, pode igualmente ser um conceito aproveitável e, dentro de uma postura crítica e autocrítica, é possível afirmarmos que não há qualidade de vida sustentável sem chão cultural de ressonância. **Cultura, entendida sobretudo como caracterização sócio-histórica e ambiental da comunidade e como moldura da participação comunitária**, pertence aos aspectos mais qualitativos da qualidade de vida.

A homogeneização excessiva, que coincide com o centralismo administrativo, descaracteriza a propriedade regional, local e comunitária. Corresponde ao fenômeno dos meios modernos de comunicação, no sentido de que imprimem ao país uma forma única de comportamento social, arrasando com as riquezas regionais e com o próprio conceito de federação, segundo o qual as regiões, Estados e Municípios precisam de espaço suficiente para sua própria manifestação e autopromoção.

Esta questão é mais próxima do problema educacional, já que a educação é impensável fora do quadro cultural de referência, tendo em vista que o processo de aprendizagem precisa começar pela linguagem de quem aprende e que a educação comunitária é um princípio fundamental de concepção e atuação. Mas ela aparece em todas as políticas sociais, principalmente sob a forma de reconhecimento e motivação da potencialidade comunitária, bem como na determinação das necessidades básicas, feita sobretudo através do próprio necessitado. Aparece igualmente na proposta de desenvolvimento, quando feita sob a ótica endógena, a serviço em primeiro lugar da maioria da população, em contraposição às tendências imitativas dos padrões de consumo e de comportamento de países avançados. O desenvolvimento deve ser compatível com os traços culturais do povo e não partir de imediato da destruição deles, detergindo substratos históricos de identidade e criatividade e colocando no lugar caricaturas que nivelam tudo por baixo.

Desenvolvimento é sobretudo autopromoção, não imitação compulsória e descaracterização histórica. Este conceito de desenvolvimento é também o elemento capaz de distinguir entre processos subdesenvolvimentistas, imobilizados sobre um passado arcaico e anacrônico, e processos desenvolvimentistas que sacrificam o homem em troca de taxas de crescimento econômico.

Aí temos um assunto importante para a discussão da qualidade de vida. Identidade comunitária, identidade nacional, formas de criatividade histórica, estratégias de sobrevivência, particularidades regionais e locais, modos de organização e de participação social, expressões artísticas típicas, e assim por diante, fazem parte da qualidade de vida. Não se pode reduzir as pessoas a uma *tabula rasa* inicial; o povo também tem sua sabedoria e sabe se identificar.

4 – “ALUCINAÇÕES”

O discurso sobre qualidade de vida geralmente se encaixa no quadro de uma melodia triste. Insiste em mostrar muito mais sua inexistência ou deterioração, do que suas possibilidades. O que fizemos neste trabalho incipiente não faz exceção. Como liberar a qualidade de vida de sua compulsoriedade urbana? Como fugir à megalomania tecnológica? Como valorizar uma cultura impotente?

Para tais perguntas a resposta se torna pelo menos tímida. Nossa civilização aprecia coisas gigantescas, adora a técnica e a cidade grande, e reduz a diversidade das culturas populares a uma aldeia monótona. Parece verdadeiro que a maior necessidade tecnológica é a de desfazer os males da própria tecnologia.

A proposta de coisas pelo menos à primeira vista impossíveis é uma irresponsabilidade no momento da prática concreta, que tem como um de seus parâmetros centrais a própria viabilidade. Mas é um exercício válido como indagação exploratória. Portanto, perde a noção de utopia significa bastar-se com a rotina diária, árida e asfíxiante; é colocar como horizonte máximo a pequenez de nossas realizações; é não ver um palmo além do próprio nariz. Assim, há “alucinações” que fazem bem, desde que não fiquemos apenas com elas.